

APG3- Administração Pública, Governo e Terceiro Setor.

**PESQUISA SOBRE A LINHA DE FINANCIAMENTO ESTRUTURANTE NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2002-2014.**

Artigo Científico

**PESQUISA SOBRE A LINHA DE FINANCIAMENTO ESTRUTURANTE NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2002-2014.**

***RESEARCH ON THE STRUCTURING FINANCING LINE IN THE ECONOMIC
DEVELOPMENT OF CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ 2002-2014.***

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar os investimentos feitos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico de Campos nos anos de 2002 até 2014 na modalidade conhecida como 'Estruturante', preocupando-se com a diversidade econômica do município de Campos dos Goytacazes. Consta-se que o município, por diversos anos, adquiriu renda oriunda, principalmente, de *royalties* e participações especiais. Os dados do presente trabalho têm sua natureza tanto primária quanto secundária, sendo a análise dos resultados é feita com caráter quantitativo e a revisão bibliográfica qualitativamente. O referido fundo responsabilizou-se por parte do processo de diversificação de renda local, promovendo justiça intergeracional através de financiamentos em projetos que propunham gerar fontes de renda e emprego local. Avalia-se porém, a alta inadimplência de parte das empresas com suas respectivas dívidas de financiamento. O projeto propõe-se a analisar os investimentos feitos pelo Fundo na linha Estruturante, o que ocorreu entre os anos de 2002 e 2014, e apresentar os dados obtidos aos responsáveis pelo Fundo e aos interessados no sucesso do projeto. Os resultados permitem concluir quais setores foram mais benéficos e eficazes nesse processo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Justiça Intergeneracional. Linha de Financiamento 'Estruturante'.

Abstract

In this article, the objective is to analyze the investments made by the Fundo de Desenvolvimento Econômico de Campos from 2002 to 2014 in the modality known as 'Estruturante' being concerned with the economic diversity of the municipality of Campos dos Goytacazes. It is reported that the municipality, for many years, has earned income mainly from royalties and special participations. The data of this work has its primary and secondary nature, the analysis of the results is done by the quantitative mode and the literature review qualitatively. This fund was responsible for part of this process of diversification of local income, promoting intergenerational justice through financing projects that proposed to generate sources of income and local employment. Nevertheless, the high arrears of part of the companies with their respective financing debts are evaluated. The project intends to analyze the investments made by the Fund in the structuring line, which occurred between 2002 and 2014, and presenting the data obtained to those responsible for the Fund and those interested in the success of the project. The results allow us to conclude which sectors were most beneficial and effective in this process.

Keywords: Economic Development. Intergenerational Justice. 'Estruturante' Financing Line.

PESQUISA SOBRE A LINHA DE FINANCIAMENTO ESTRUTURANTE NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ 2002-2014.

1. INTRODUÇÃO

O artigo busca entender melhor a estrutura e os impactos dos financiamentos do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM) realizados na linha Estruturante nos períodos em que esteve em funcionamento, demonstrando zelo com o patrimônio público desembolsado para financiar projetos que desenvolvessem a economia local. Entender a proposta de um Fundo e os conceitos envolvidos em sua criação e eventual desenvolvimento, apresenta-se significativo para uma análise mais precisa quanto aos impactos e seu anseio, ou não, pelo gestor público responsável. Os resultados obtidos podem variar entre positivos ou negativos, não mediante a alteração de seus dados pois assim seria considerada adulteração dos mesmos, mas mediante aos objetivos pré-estabelecidos e se eles foram ou não atendidos pelo projeto. Tanto os resultados quanto os objetivos buscam ser desenvolvidos e relacionados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ideia de desenvolvimento é baseada na de Schumpeter (1982). Quanto ao capital e eventual estrutura apresentada pelas empresas, os estudos feitos Bernstein e Wild (2000) são mencionados. O conceito de Desenvolvimento Endógeno em um ambiente atual foi elaborado por Barqueiro (2002) e sua regionalização é a abordada e desenvolvida por Amaral Filho (2002) e também por Souza Filho (1999). Dificuldades e sugestões quanto ao processo de implementação de uma política voltada ao Desenvolvimento Local Endógeno são sugeridas por Braga (2002). Suas aplicações e eventuais resultados são relacionados com o conceito de Justiça Intergeracional, abordado por Sampaio (2003), e direcionados a economia por Amaral Júnior (2011). Aspectos locais e questões particulares são relacionados e desenvolvidos baseados em apresentações feitas por Ribeiro (2014) e também por Neto (2015).

2.1 Políticas Públicas

Observa-se que o acesso a diferentes fontes de financiamento também tem impacto na estrutura da empresa Bernstein e Wild (2000, p. 179) fazem um bom apontamento nessa questão, mostrando que empresas que possuem acesso ao mercado de títulos públicos apresentam um grau de alavancagem superior. A apresentação de recursos públicos para financiar projetos estruturantes, que tenham o conceito já abordado de justiça intergeracional, são de fato algo benéfico a sociedade, porém não deve ser estabelecido como único e exclusivo investidor desses projetos, pois há áreas e situações em que a iniciativa privada consegue atender tal demanda de maneira mais rápida e eficiente que o Estado poderia fazê-la.

Hoje, é o governo, na pessoa da União, quem atua como investidor de projetos estruturantes. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financia e prioriza os projetos que podem impactar a economia e a

realidade social do local, passa-se então o papel à União de credor público em projetos que demandam altos investimentos.

2.1.1 Desenvolvimento Regional Endógeno

O Desenvolvimento Endógeno figura como o desenvolvimento da economia local aproveitando de aspectos e também de recursos dessa região. Tornar os excedentes regionais em pontos fortes e passíveis de serem explorados. Havendo falta de determinado capital, seja econômico, humano ou mesmo material, incorporá-lo à essa cadeia, tornando assim a região capaz de desenvolver atividades satisfatórias e que tragam retorno de capital, por si mesma. A proposta do Desenvolvimento Endógeno segundo Amaral Filho (2002) ainda induz a um processo contínuo de investimentos na região, com os recursos provenientes das atividades realizadas na mesma, em agregar valor e também ampliar a capacidade produtiva local, que segundo Barqueiro (2002) podem ser obtidas através das inovações e do conhecimento, gerando assim o desenvolvimento de novas tecnologias. Diante disso, caracteriza-se o FUNDECAM como uma importante ferramenta para promover o desenvolvimento econômico e sustentável regional. Segundo Braga (2002) esse fenômeno ajuda a promover o desenvolvimento econômico local, transformando um cenário de disputa entre empresas da mesma região em um ambiente de competições inter-regionais, contribuindo para o fortalecimento da economia e outros aspectos sociais locais. É importante observar que para ambos os autores não descartam a presença de outras instituições e sua importância no desenvolvimento, como as relações existentes entre as empresas privadas ou mesmo sua visão de mundo e competitividade, porém esses assuntos fogem da proposta do presente projeto e por isso não serão desenvolvidos no mesmo.

2.1.2 Justiça intergeracional

O conceito de justiça intergeracional se dá ao fato de que a exploração desregrada e desmedida dos recursos naturais não renováveis, como é o caso do petróleo, traria prejuízos às futuras gerações. Weiss (1989), quando aborda a teoria da equidade intergeracional, relata ser essa uma justiça que além de uma visão solidarista nacional, também tem um foco internacional e, como o próprio nome diz, intergeracional.

Amaral Júnior (2011) em concordância com o exposto anteriormente, afirma que a Terra é um bem que nos foi passado pelos nossos ancestrais e que, com a concepção de uma justiça intergeracional, portanto também a passaríamos a futuras gerações. Sendo assim, torna-se parte de nossa obrigação conservar a Terra e conseqüentemente o ambiente em condições não apenas para as próximas gerações num curto prazo, mas também para gerações a longo prazo. Não explorar os recursos naturais ao máximo em vista de um bem a curto prazo torna-se um dever das gerações atuais para com as gerações futuras.

Depreende-se portanto, que o uso dos royalties, por exemplo, para pesquisas e desenvolvimento de fontes alternativas de energia seria caracterizado como uma política que contempla os direitos intergeracionais. Em âmbito puramente regional, ao findar-se os recursos naturais não renováveis haveria, por certo, um período de fuga de capitais, principalmente daqueles envolvidos diretamente na extração

desses recursos. A justiça intergeracional, propõe-se nesse ponto a promover a aplicação das compensações financeiras dessa atividade na região em que ela atua, para que findando-se as atividades, o impacto regional de tal processo seja minimizado através da diversificação das atividades de extração, transformação e da distribuição dos recursos naturais da região, para que as futuras gerações tenham, ao menos, seu padrão de vida no mesmo nível que as atuais.

2.2 FUNDECAM trajetória e Financiamento Estruturante

Com a Lei nº 7.084, de 02 de julho de 2001, o Fundo de Desenvolvimento de Campos fica criado. Logo no ano seguinte pelo Decreto no 147/2002 de 20 de março de 2002 o Fundo foi regulamentado, decreto este que foi revogado e substituído pelo 580/2011. No princípio do projeto, os objetivos do fundo limitavam-se a financiar as atividades que consideravam atender o perfil econômico do município, projetos que comprovam inovação científica e também pequenas e médias empresas interessadas em financiamentos com baixas taxas de juros e que ajudassem no desenvolvimento econômico do município.

Em 2001 eram quatro as fontes de recursos para o Fundo, o orçamento municipal, principalmente os obtidos com a extração de petróleo e gás, transferências de entidades públicas ou privadas, rendimentos advindos das operações financeiras e também de recursos provenientes da União. Em 2003, com a Lei 7.435 de 27 de junho de 2003, salvo em caso de não haver demanda para tal, um repasse mínimo de R\$10 milhões ao Fundo proveniente das receitas das participações do governo na extração e produção de petróleo e gás.

O prazo de carência, isto é, o tempo em que não há a necessidade do pagamento das parcelas, ajuda as empresas a terem retorno sobre o capital investido em um curto prazo, tal como a saúde financeira da empresa. Além disso o Fundo, beneficia as empresas que comprovarem inovação tecnológica, ou pagarem todas as parcelas, no prazo legal, terão de volta o valor referente à parcela de juros.

Pesquisas apontam que o Brasil é um país empreendedor, porém um dado muito importante a ser analisado é o número de empreendedores por necessidade. Empreendedores por necessidade são aqueles empreendedores que empreendem, principalmente, por necessidade de ocupação e renda. Existe também os empreendedores por oportunidade, que são aqueles que iniciam seus negócios por, principalmente, verem uma oportunidade no mercado. Apesar de nos últimos anos as taxas de empreendedorismos por necessidade virem caindo, após uma forte alta em 2014, os números ainda são significativos (39,9% dos empreendedores iniciais caracterizam-se como por necessidade, segundo pesquisa realizada em 2017 pela Global Entrepreneurship Monitor¹).

Ao analisar o empreendedor por necessidade, observa-se que pela urgência de rendimento, o empreendedor deixa muitas vezes de criar um plano de negócios e também de usar de outros métodos importantes para um bom desenvolvimento do mesmo. A concessão de crédito, com baixas taxas de juros, para o empreendedor que se encontra nessa situação e também o apoio especializado tornam o

¹ Segundo pesquisa realizada e elaborada em 2017 pela Global Entrepreneurship Monitor, com o apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE).

empreendimento mais saudável e portanto, capaz de se manter no mercado por um período maior.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

O artigo possui natureza quantitativa quanto às conclusões. Tem por finalidade relacionar dados e apresentá-los da melhor forma possível, por isso sua natureza é descritiva. Os dados obtidos nesse artigo são tanto de natureza primária, quando o próprio FUNDECAM fornece os dados para a análise dos financiamentos, quanto secundária, buscando informações em outros meios como jornais, livros, sites, entrevistas, entre outros.

Os dados foram traduzidos em números, representados em gráficos para melhor visualização, e posteriormente explicados. Na busca pelos conceitos, autores renomados na área foram pesquisados para que, tanto os dados como o tema, apresentem maior clareza em seu desenvolvimento. Para tanto, consultou-se dissertação apresentado por José Alves Neto, relacionado sobre o Fundo, autores relacionados, legislação brasileira, dados públicos e de pesquisas nas áreas abordadas. Utiliza-se portanto, da metodologia qualitativa quanto aos referidos temas.

Propondo-se em atender uma demanda apresentada pelo Fundo, buscou-se eventuais esclarecimentos com o mesmo sempre que esses apareciam. O artigo apresentou três fases, não necessariamente dependentes ou sequenciais, apresentadas a seguir.

I. Primeira Fase – Reunião com o diretor do Fundo, Rodrigo Lira, para maior consonância e eventual clareza quanto a proposta.

II. Segunda Fase – Análise e tratamento dos dados para melhor apresentação e entendimento.

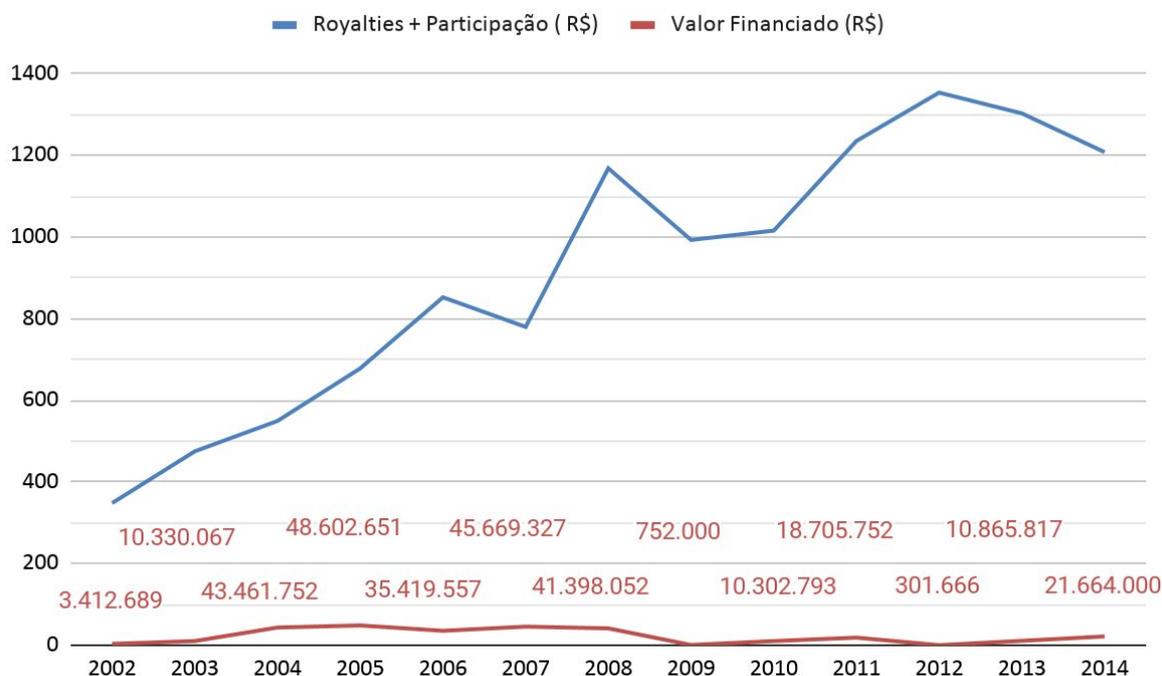
III Terceira Fase – Conceituação e elaboração de artigo para apresentar o tema e desenvolvê-los de maneira satisfatória.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O Fundo de Desenvolvimento de Campos, através de sua secretaria, nos forneceu uma planilha com diversas informações relacionadas aos empréstimos realizados pela linha Estruturante e suas atuais situações. Os dados apresentam os segmentos beneficiados, quantidade de postos previstos, valores de *royalties* e participações, valores financiados, situação da dívida e também do CNPJ. Eles foram organizados em planilhas para melhor observação e tratamento.

4.1 Análises gerais

Figura 1: Royalties + Participação (em milhões) por ano



Fonte: Info Royalties e FUNDECAM (2015).

A relação entre os *royalties* recebidos mais as participações não é diretamente proporcional aos valores repassados ao Fundo de Desenvolvimento de Campos. De acordo com Neto (2015), baseado em valores obtidos do Info Royalties, a cidade de Campos dos Goytacazes recebeu em 2002 R\$348.260.944,92 referentes aos recursos provenientes de *royalties* e participações. Os anos de 2012 e 2013 foram os anos que apresentaram os maiores valores de recursos provenientes de *royalties* e participações, sendo respectivamente, R\$1.354.233.313,47 e R\$1.303.272.971,54. O ano de 2011 foi o terceiro ano com a maior arrecadação proveniente desses recursos, com valores de R\$1.235.611.249,66. Os menores valores arrecadados foram registrados no início do período analisado, em 2002 com cerca de R\$348 milhões, em 2003 com cerca de R\$475 milhões e em 2004, com R\$549.607.310,98.

Os dois anos com os menores valores repassados ao Fundo são os mesmos com as menores proporções do repasse, respectivamente 2012 e 2009, com aproximadamente R\$302 mil em 2012 e R\$752 mil em 2009. Mesmo o ano de 2012 sendo o ano em que a cidade mais recebeu recursos de *royalties* e participações, também foi o ano em que, proporcionalmente, menos repassou recursos ao Fundo. Já o terceiro ano com o menor valor repassado ao fundo, foi em 2002 quando houve a menor arrecadação de recursos provenientes de *royalties* e participações no período analisado.

Os maiores valores observados encontram-se nos anos de 2005, 2007 e 2004, respectivamente. Todos os três anos em que o fundo obteve maiores repasses provenientes de *royalties* e participações também foram os anos em que possuíram a maior proporção de repasse. O maior deles foi o ano de 2005 com R\$48.602.650,78 e a segunda maior proporção de repasse, 7,16%. Em 2007, com a

terceira maior proporção, e R\$45.669.326,73. E em 2004, com repasses de R\$43.461.751,64 e a maior proporção de repasses ao Fundo, 7,91%.

Observa-se que a porcentagem dos repasses não implica necessariamente na diminuição dos valores utilizados pelo Fundo, esse fenômeno ocorre em 2005 quando a porcentagem cai para 7,16%, frente aos 7,91% apresentado no ano anterior (2004), pois apesar da diminuição do percentual repassado, os valores obtidos com *royalties* e participações foi maior. No ano de 2007 houve diminuição de arrecadação proveniente desses recursos, porém a proporção investida no Fundo foi maior, por isso observa-se um aumento nos valores financiados. O mesmo acontece em 2013 e em 2014, com quedas consecutivas na arrecadação e aumento nos valores repassados ao Fundo.

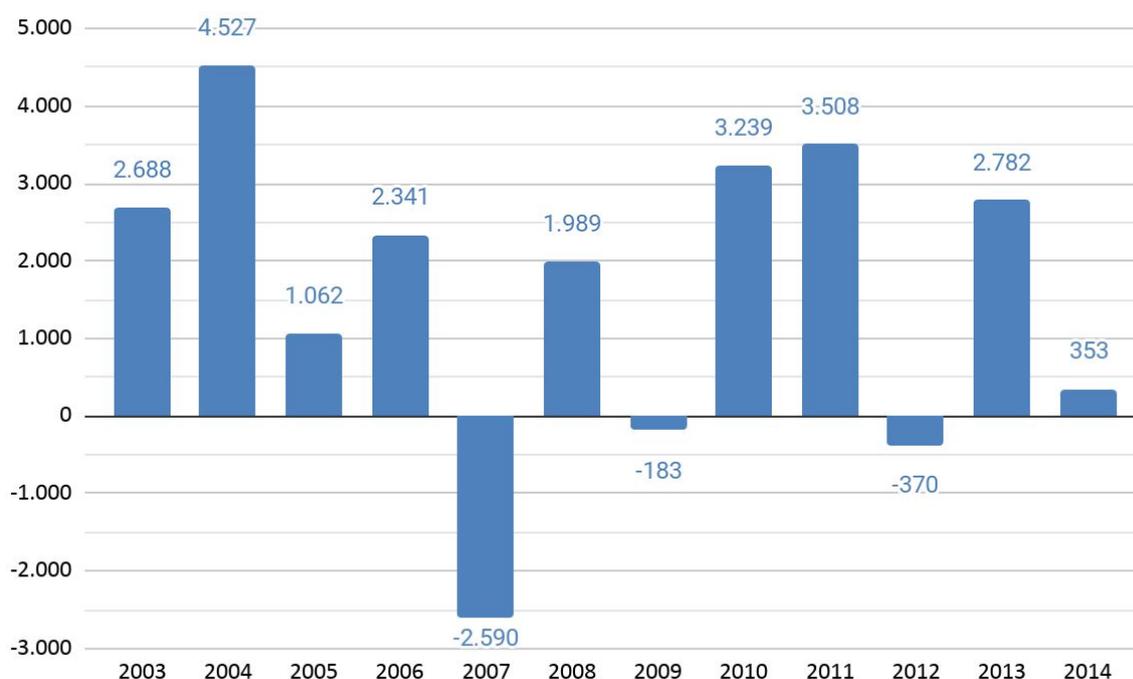
Tabela 1: Características dos financiamentos

Característica	Valores
Mínimo	R\$73.556,00
Máximo	R\$20.615.075,00
Média	R\$3.061.959,18

Fonte: FUNDECAM (2015).

O FUNDECAM na linha Estruturante efetivou empréstimos a 95 CNPJs, entre os anos de 2002 e 2014. Os valores variaram entre R\$73.556,00, o valor mínimo financiado pelo FUNDECAM, e R\$20.615.075,00, o valor máximo financiado. A situação da menor dívida contraída, correspondente aos R\$73.556,00, está liquidada e tinha previsão de gerar 3 empregos. A situação da maior dívida contraída, correspondente aos R\$20.615.075,00, também é de liquidada e previa a geração de 151 postos de trabalho. A média dos valores contratados foi de R\$3.061.959,18.

Figura 2: Emprego formal em Campos dos Goytacazes (2003 - 2014)



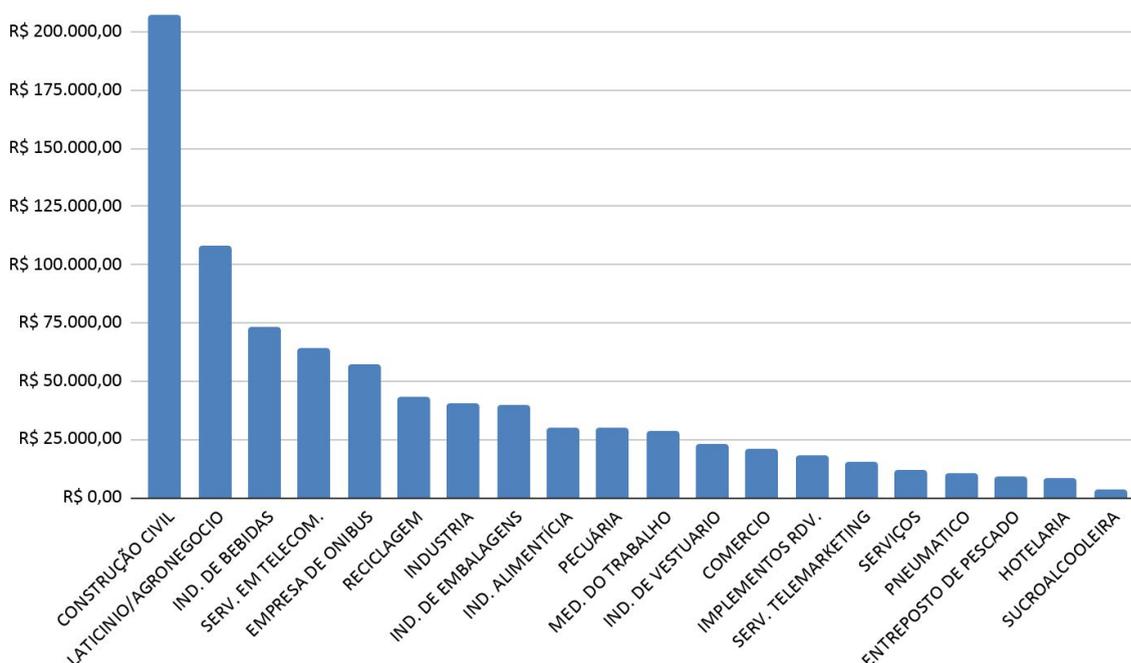
Fonte: Neto (2015) e CAGED (2015).

O gráfico mostra a variação de postos de emprego formal em Campos dos Goytacazes, entre os anos de 2003 e 2014. Os dados referentes ao ano de 2002 não foi possível de se obter, pois o mesmo não foi encontrado no CAGED. O ano de 2004 foi o ano que apresentou o saldo mais positivo, com a criação de 4.527 empregos. O ano de 2011 apresentou o segundo maior saldo, 3.508 empregos. O ano de 2010 com 3.239 empregos formais criados, ficou em terceiro lugar.

O ano de 2007, mesmo sendo o ano em que o repasse ao Fundo foi o maior, apresentou a pior variação de empregos formais, com a extinção de 2.590 postos. O ano de 2007 também apresentou o segundo maior número de postos criados pelo Fundo na linha Estruturante, previa a criação de 1.286 empregos formais. Os outros dois piores anos, no período analisado, também obtiveram retração na quantidade de postos de trabalho, sendo o ano de 2012 com 370 postos extintos e em 2009 com 183 postos, também extintos. O ano de 2012 foi o ano, dentro deste período analisado, em que mais houve receitas provenientes de royalties e participações, porém apresentou retração na quantidade de postos frente as duas grandes altas que se apresentaram nos anos anteriores. Sendo também o ano, 2012, em que houve a menor quantidade de empregos previstos pelos financiamentos da linha Estruturante. Já em 2009, os contratos, feitos naquele ano, previam a criação de 140 postos de emprego formal, o terceiro menor valor registrado no período em questão. O saldo final, com as variações de postos de 2003 a 2014, foi de 19.346 postos criados.

4.2 Análises por segmento

Figura 3: Custo por um emprego por segmento



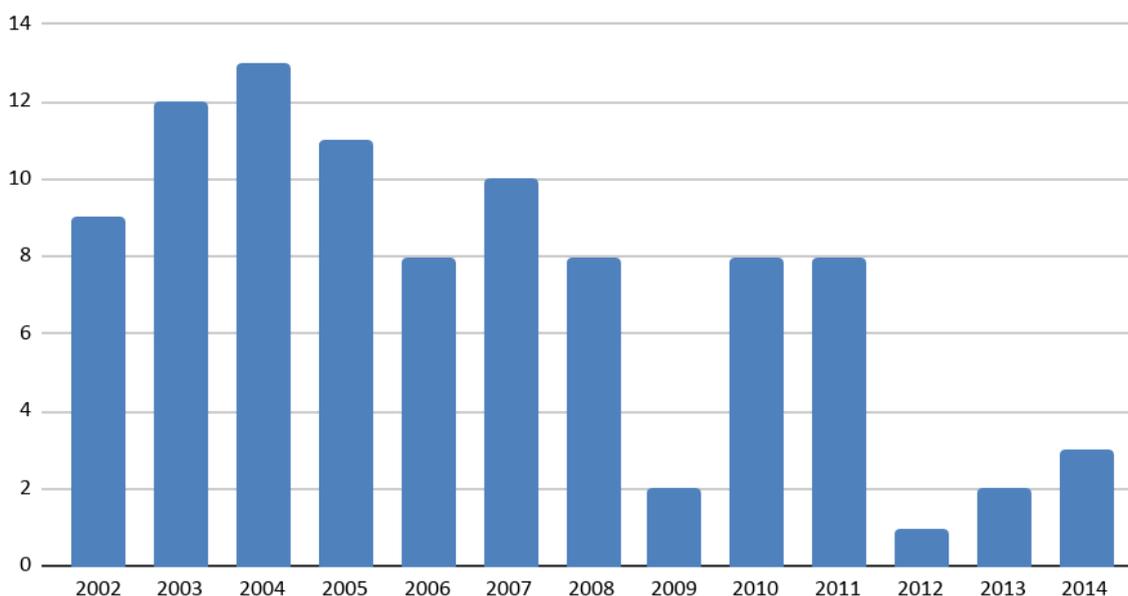
Fonte: FUNDECAM (2015).

O segmento da Construção Civil, com dois contratos no setor, destaca-se como o que possui a média de mão-de-obra mais cara, para cada emprego

proposto, sendo demandado um investimento de cerca de R\$200 mil. Outro setor que mostrou alto custo e baixa previsão de gerar empregos, foi o de Laticínio/Agronegócio, com apenas um contrato e valor estimado em R\$541 mil. Apenas três setores apresentaram a criação de postos de emprego demandando, em média, menos de R\$10.000,00. Todos os três apresentaram apenas um projeto aceito pelo Fundo, destacando-se o setor Sucroalcooleiro que apresentou proposta para criação de 800 postos formais de emprego com R\$3 milhões investidos.

4.3 Análises por data contratual

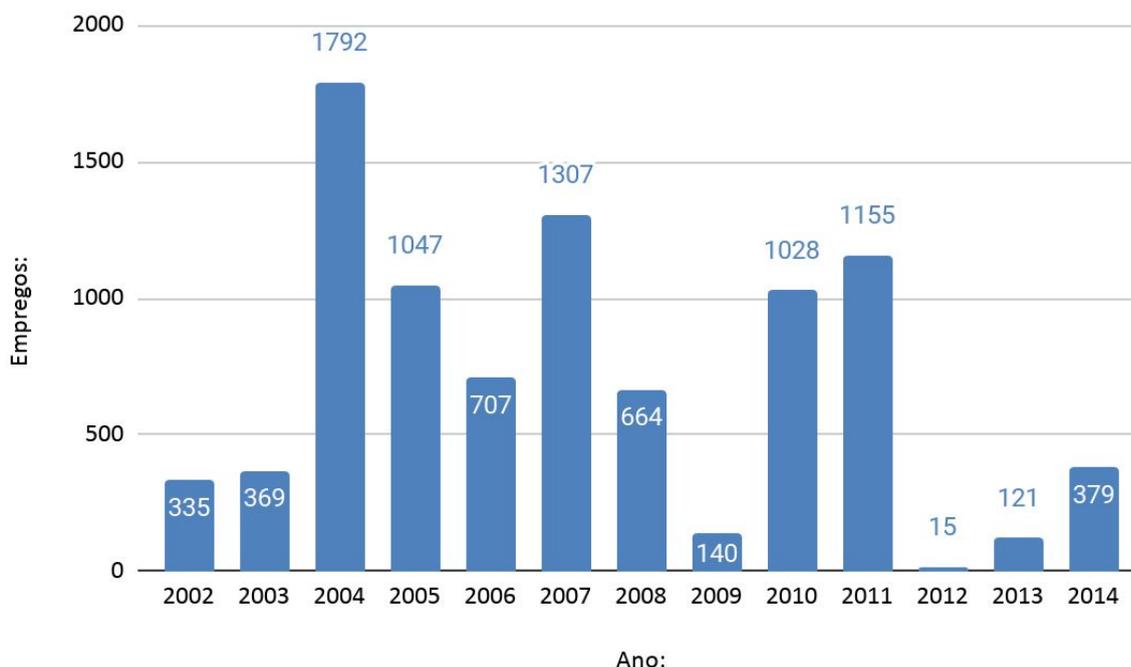
Figura 4: Número de contratos por ano



Fonte: FUNDECAM (2015).

Durante os anos de 2002 a 2014 foram efetivados 95 contratos pelo FUNDECAM na linha do Estruturante. Respectivamente os anos de 2004 e 2003 foram os anos em que mais contratos foram estabelecidos, 13 contratos em 2004 e 12 em 2003. O ano de 2005 foi o 3º maior no número de contratos fechados nessa linha, 11 contratos. Já os anos de 2012, 2009 e 2013 foram os anos com o menor número de contratos firmados, com respectivamente um contrato para o ano de 2012 e dois contratos para os outros dois anos. Observa-se que o ano em que se registrou o menor número de contratos de financiamento, 2012, também foi o ano com a maior arrecadação de *royalties* e participações, porém a menor proporção repassada ao fundo, cerca de 0,02%.

Figura 5: Previsão da criação de postos por ano



Fonte: FUNDECAM (2015).

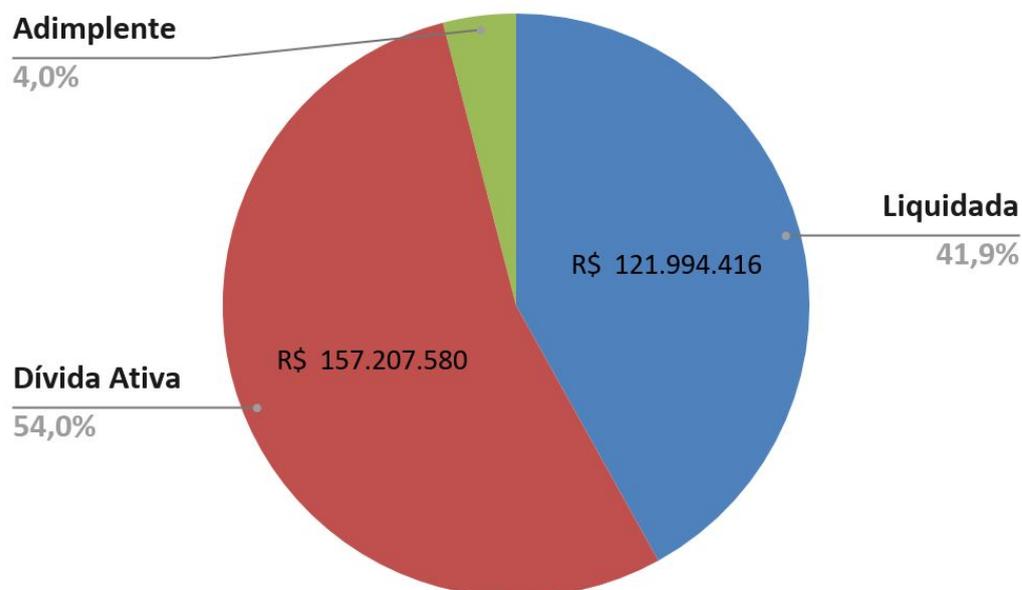
O ano de 2004 além de apresentar o maior número de contratos, também apresentou o maior número de empregos previstos, 1.792. Além desses fatos, 2003 foi o ano, dentro do período analisado, em que houve a maior contratação de postos formais em Campos. Em 2007 foram 1.307 postos formais de empregos criados pelo Fundo, o segundo maior valor registrado, porém no mesmo ano em Campos houve a maior queda de empregos formais registrados, 2.590 postos de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. A terceira maior previsão de geração de emprego, com os financiamentos do Fundo, ocorreu em 2011 e previa 1.155 novos postos.

Em 2012, com o menor valor investido no Fundo e a menor quantidade de contratos celebrados, também apresentou a menor previsão de geração de emprego, apenas 15. Os outros dois anos, 2013 e 2009, obtiveram os menores números de contratação e também de contratos firmados, com dois contratos cada e respectivamente, 121 e 140 postos previstos.

Tendo em vista o cumprimento do projeto e a criação de postos de empregos, apenas 44,21% das empresas permanecem em funcionamento. Boa parte das empresas gerou emprego por um determinado período e fechou, correspondendo a 25,26%. As demais, que equivalem a 30,53%, não entraram em operação, não estão operando ou não fornecem informações atuais.

4.4 Análise por valores

Figura 11: Situação dos valores financiados



Fonte: FUNDECAM (2019).

A situação dos valores financiados é composta pela dívida ativa (D.A), adimplente e valores já liquidados. Os valores da Dívida Ativa são aqueles que atrasaram seus pagamentos por um período maior do que 120 dias. Os adimplentes são aqueles que estão pagando suas dívidas em dia, ou em até 15 dias de atraso. Em sua maioria (54,0%) dos valores investidos pelo modelo Estruturante, o que corresponde à R\$157.207.580,33, faz parte da dívida ativa. Outros R\$ 11.684.125,98 (4,0%) fazem parte dos valores negociados, enquadrados como adimplentes. Outro grande montante dos valores financiados, já foram liquidados R\$ 121.994.415,61, correspondente a 41,9%.

CONCLUSÃO

Conclui-se com a análise parcial dos dados que o Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM), criado com a finalidade de favorecer o desenvolvimento da cidade de Campos dos Goytacazes e diversificar a economia local, não obteve os resultados esperados pelo projeto previamente estruturado. Durante muito tempo o Fundo possuiu leis brandas quanto às responsabilidades dos mutuários. Refletindo essa política na alta taxa de inadimplência das empresas financiadas. E também a alta influência das decisões do Poder Legislativo nas atividades do Fundo, já que a Lei 8.250/2011 teve grande impacto sobre os financiamentos realizados pelo Fundo em 2012, mesmo sendo o ano em o município mais obteve recursos de *royalties* e participações, sendo também o ano em que obteve o Fundo apresentou o menor valor em financiamentos na linha Estruturante, demonstrando assim alinhamento do Fundo quanto a estratégia de investir em outras linhas de crédito, que mostraram-se mais interessantes para a população de maneira geral.

Outro apontamento interessante, diz respeito aos segmentos beneficiados. Dentre os setores beneficiados, o segmento da Construção Civil é o que apresenta o

maior custo por posto de trabalho e uma previsão de apenas 50 empregos gerados, portanto um segmento que exige altos investimentos e, sendo assim, foge da proposta do Fundo endossada pelo Decreto 580/2011. E o sucroalcooleiro figura o menor custo por emprego e o maior número de empregos por contrato, tendo em vista que com apenas um contrato apresentou a criação de 800 postos formais, evidencia-se com isso, alto custo-benefício.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno**: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. Revista Econômica do Nordeste, v. 26, n. 3, 2002.

AMARAL JÚNIOR, R. **Comércio internacional e a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **O apoio do BNDES aos municípios**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/municipios>. Acesso em: 21 de abr. de 2020.

BARQUEIRO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

BRAGA, T. M. Desenvolvimento Local Endógeno entre a competitividade e a cidadania. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, 2002. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/63/47>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **DECRETO 580**, de 2011. Dispõe sobre o regulamento do Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes – FUNDECAM. Campos do Goytacazes: Câmara Municipal, [2011]. Disponível em: http://campos.rj.gov.br/up/diario_oficial.php?id_arquivo=711. Acesso em: 28 jul. de 2020.

BRASIL. **LEI Nº 7.084**, de 02 de julho de 2001. Criação do FUNDECAM. Campos do Goytacazes: Câmara Municipal, [2001]. Disponível em: http://campos.rj.gov.br/up/diario_oficial.php?id_arquivo=711. Acesso em: 28 jul. de 2020.

BRASIL. **LEI Nº 7.453**, de 27 de junho de 2003. Acrescenta e altera dispositivos da Lei 7.084/01. Campos do Goytacazes: Câmara Municipal, [1985]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/c/campos-dos-goytacazes/lei-ordinaria/2003/743/7435/lei-ordinaria-n-7435-2003-acrescenta-e-altera-dispositivos-da-lei-n-7084-01-que-dispoe-sobre-o-fundo-de-desenvolvimento-de-campos-fundecam-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 04 ago. de 2020.

BRASIL. **LEI Nº 8.250**, de 31 de agosto de 2011. Altera o dispositivo da lei de criação do FUNDECAM. Campos do Goytacazes: Câmara Municipal, [2011].

Disponível em:
<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/c/campos-dos-goytacazes/lei-ordinaria/2011/825/8250/lei-ordinaria-n-8250-2011-altera-o-artigo-8-da-lei-n-7084-de-02-de-julho-de-2001-a-qual-cria-o-fundo-de-desenvolvimento-de-campos-dos-goytacazes-fundecam>.
 Acesso em: 28 jul. de 2020.

BERNSTEIN, Leopold A. WILD, John J. Analysis of financial statements. 5. ed. Nova Iorque: McGraw-Hill, 2000.

CAGED - **CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS**. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em 18 de abr. de 2020.

CRUZ, J. L. V.; NETO, J. A. de A. **Assimetrias e desigualdades nos impactos do Complexo Petrolífero do Norte Fluminense**: os casos de Campos dos Goytacazes e Macaé. *Petróleo, Royalties & Região, Campos dos Goytacazes, RJ*, n.45, p.10-15, set., 2014. Disponível em: <https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/03/boletim-2014-09.pdf>. Acesso em: 25 de abr. de 2020.

Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil – 2017**: Relatório Executivo. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf. Acesso em 19 de abr. de 2020

RIBEIRO, Alcimar Chagas. **A economia do Norte Fluminense**: análise e perspectiva. 3.ed. Campos dos Goytacazes -RJ : Fundação Cultural Osvaldo Lima, 2014.

SAMPAIO, J. A. L.; WOLD, C.; NARDY, A. **Princípios de Direito Ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SOUZA, V. CNPJ inapto o que fazer. **Contábeis**, 2019. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/40090/cnpj-inapto-o-que-fazer/>. Acesso em: 22 de abr. de 2020.

NETO, José Alves de Azevedo. **O desafio do fomento à industrialização em áreas de economia de extrativismo mineral**: o caso do FUNDECAM. 2015. 212f.. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional E Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, n. 1.

NUNES, L. **Fundecam apresenta linha de trabalho e debate inadimplência em audiência pública**, Campos dos Goytacazes, 20 de ago. de 2018. Disponível em: <https://www.campos24horas.com.br/noticia/fundecam-apresenta-linhas-de-trabalho-e-debate-inadimplencia-em-audiencia-publica>. Acesso em: 21 de abr. de 2020.

OLIVEIRA, A. A Receita declarou sua empresa inapta? Saiba o que fazer! **Contabilivre**, 2019. Disponível em: <https://news.contabilivre.com.br/empresa-inapta/>. Acesso em: 22 de abr. de 2020.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUZA FILHO, J.R. **Desenvolvimento Regional endógeno, capital social e cooperação**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. P.1-9.

WEISS, Edith Brown. **In Fairness to Future Generations**: International Law, Common Patrimony and Intergenerational Equity. Tokyo: United Nations University, 1989, p. 351